

PROFESSOR(ES)					
Adriana Campos Silva					
CÓDIGO E ATIVIDADE DA DISCIPLINA (verificar estrutura curricular do programa)					
DIR874					
TEMA					
Temas de Direito Político					
SUBTEMA					
Violência Eleitoral Cibernética					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
(x) Sim () Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
(x) Sim () Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
QUINTA-FEIRA	18:30 às 22:30	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
(x) Não () Sim Qual: Trabalhamos textos em inglês, espanhol e francês, além dos textos em português					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
(x) Sim () Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO	
RAPHAEL RODRIGUES PEREIRA	INSTITUTO PLENUM BRASIL	
RICARDO MANOEL OLIVEIRA MORAIS	FACULDADE MILTON CAMPUS	
CHRISTIANE COSTA ASSIS	UEMG	
EVANILDA GODÓI BUSTAMANTE	UFV	
AGHISAN XAVIER	UNA	

PROJETO COLETIVO AO QUAL ESTÁ VINCULADO
Direito Político

EMENTA
<p>Módulo I – Fundamentos Conceituais e Estruturais da Violência Eleitoral Cibernética</p> <p>Ementa:</p> <p>Definição e distinção dos conceitos de violência política, violência eleitoral e violência cibernética. A evolução da ideia de “espaço público digital” e seu papel nas campanhas eleitorais. O fenômeno da violência algorítmica e a instrumentalização tecnológica para fins de silenciamento, coerção ou manipulação do processo democrático. Categorias fundamentais: discurso de ódio, desinformação sistemática, assédio coordenado e violência de gênero na política. Interseccionalidades e vulnerabilidades agravadas no ambiente digital. Tópicos principais:</p>



- ☐ Violência eleitoral tradicional versus violência cibernética
- ☐ Democracia deliberativa e tecnopolítica
- ☐ Violência digital eleitoral de gênero
- ☐ Plataformas digitais, responsabilidade e regulação
- ☐ Classificação das modalidades de ataque cibernético eleitoral (botnets, fake news, deepfakes, doxxing, swatting etc.)

Módulo II –Jurisdição e Responsabilidade: Estado, Plataformas e Usuários

Ementa:

Responsabilidade civil, administrativa e penal por atos de violência eleitoral cibernética. Limites constitucionais da liberdade de expressão e suas colisões com a dignidade humana e a integridade do processo eleitoral. Jurisdição digital e desafios da extraterritorialidade. Análise crítica do papel das plataformas (Facebook, Twitter/X, WhatsApp, TikTok) na moderação e disseminação de conteúdo eleitoral. A atuação das autoridades judiciais, Ministério Público e Justiça Eleitoral.

Tópicos principais:

- ☐ Liberdade de expressão versus discurso ilícito
- ☐ Dever de cuidado e responsabilidade das plataformas digitais
- ☐ Jurisprudência do TSE sobre fake news e ataques digitais
- ☐ Lei Geral de Proteção de Dados e sua aplicação em campanhas eleitorais
- ☐ Casos paradigmáticos: Eleições de 2018, 2020 e 2022 no Brasil

Módulo III –Perspectivas de Regulação e Propostas de Enfrentamento Normativo

Ementa:

Crítica às respostas normativas contemporâneas: lacunas e sobreposições regulatórias. Propostas legislativas nacionais e estrangeiras. Análise comparativa: Regulação europeia (DSA/DMA), canadense e brasileira. Instrumentos normativos preventivos e repressivos. A ideia de uma justiça eleitoral digital. Modelos híbridos de regulação: autorregulação regulada, co-regulação, responsabilidade compartilhada. Propostas de tipificação penal específica da violência eleitoral cibernética. Aspectos de Direito Internacional e cooperação.

Tópicos principais:

- ☐ Projeto de Lei nº 2.630/2020 (“PL das Fake News”)
- ☐ Estratégias preventivas: educação midiática e transparência algorítmica
- ☐ Inteligência Artificial e riscos eleitorais: accountability de modelos
- ☐ Regulação multissetorial: Estado, plataformas, sociedade civil
- ☐ Proposta de uma gramática de direitos digitais eleitorais

BIBLIOGRAFIA

MODULO I

Leituras:

- ☐ BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios,



garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

▣ BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Cardoso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Capítulo 1.

▣ BRASIL. Resolução TSE nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 19 dez. 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-610-de-18-de-dezembro-de-2019>. Acesso em: 11 jun. 2025.

▣ BRASIL. Resolução TSE nº 23.610, de 27 de fevereiro de 2024. Altera dispositivos da Resolução TSE nº 23.610/2019. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2024/resolucao-no-23-610-de-27-de-fevereiro-de-2024>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MODULO II

Leituras obrigatórias:

▣ BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º out. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

▣ BRASIL. Decisão no Inquérito nº 4.781/DF (Fake News). Relator: Min. Alexandre de Moraes. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2020. Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incide nte=5873842>. Acesso em: 11 jun. 2025.

▣ BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

▣ PETRY GABRIEL SEMIN; HUPFFIR, HAIDE MARIA. Violência algorítmica e tomada de decisões automatizadas. Latin American Journey of european studies. V. 02, 01, JAN/JUN 2022. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/362113328_VIOLENCIA_ALGO RITMICA_E_TOMADA_DE_DECISOES_AUTOMATIZADAS

MODULO III

Leituras obrigatórias:

▣ BRASIL. Projeto de Lei nº 2.630, de 13 de maio de 2020. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Senado Federal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposi>



cao=2256733. Acesso em: 11 jun. 2025.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2022/2065 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de outubro de 2022, relativo a um mercado único dos serviços digitais (Regulamento de Serviços Digitais – DSA). Jornal Oficial da União Europeia, Bruxelas, 27 out. 2022.

Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32022R2065> . Acesso em: 11 jun. 2025.

WORLD ECONOMIC FORUM. Global Risks Report 2024. 19th ed.

Geneva: WEF, 2024. Disponível em:

<https://www.weforum.org/reports/global-risks-report-2024/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Incluem-se seminários e eventos de representantes do TRE, TSE, STF e Tribunal de Justiça de MG



Faculdade de Direito da UFMG | Programa de Pós-Graduação em Direito
UFMG Law School | Ph.D. and Master's in Law Programs

Av. João Pinheiro, 100 • 11º andar Ed. Villas Boas • Belo Horizonte, Brasil • 30130-180
www.pos.direito.ufmg.br • pos@direito.ufmg.br • 55 31 3409-8636